

MUNICIPALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR — experiência do município de Marabá/PA

Bernadete Ten Caten*

Em 1993, ao se assumir a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em Marabá, assumiram-se também muitos desafios; dentre eles, a busca da qualidade do ensino público através dos seguintes princípios: probidade com a coisa pública, universalização e democratização do ensino e participação popular, princípios estes contidos no Plano de Ação Quadrienal (1993-1996), discutido amplamente com os agentes educacionais.

O quadro encontrado na educação municipal era caótico: número de vagas insuficiente para atender a demanda estudantil, escolas deprecadas, deficiência de 4.000 carteiras escolares, inexistência de capacitação dos professores que recebiam 19% do salário mínimo, merenda escolar com qualidade e quantidade insuficientes, mais ou menos 20 dias por ano. Formalizam-se convênios e parcerias com a FAE, MEC, ONGs, Secretaria de Estado da Educação, Universidade Federal do Pará, Fundação Nacional de Saúde e outros, para se atingir as metas propostas no Plano de Ação Quadrienal.

Em consequência da problemática da educação no município de Marabá, dados estatísticos apontavam alto índice de evasão e repetência, chegando, em 1992, a 43%.

* Secretária municipal de educação.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

Indignados com tais dados, buscou-se, através de pesquisas, outras causas de tanta evasão e repetência, para que se pudesse tomar providências na tentativa de reversão e/ou amenização do quadro. Dentre elas, verificou-se: ineficácia na formação e na prática pedagógica, deficiência nas condições de trabalho do professor, a necessidade do menor (aluno) trabalhar para complementar o orçamento do lar e a insuficiência nutricional dos alunos.

Como em todo o País, as problemáticas sociais em Marabá têm-se aprofundado. A explosão demográfica ocorrida neste município nos anos 70 e 80, com a implantação de projetos governamentais — abertura da Transamazônica, Projeto Carajás, construção da Hidrelétrica de Tucuruí, assentamentos rurais sob o lema "Pará, terra sem homens para homens sem terra" (Médici) —, a descoberta do garimpo de ouro da Serra Pelada e a mina de ferro e outros minérios em Carajás, acentuou drasticamente as mazelas sociais, pois os que para cá vinham — em busca de terra, de trabalho assalariado, de ouro —, provindos principalmente do Maranhão, nem sempre realizavam seu sonho, uma vez que a mão-de-obra disponível era bem maior que a necessária. Conforme dados estatísticos do IBGE, em 1970, a população urbana de Marabá era de 14.585 habitantes; em 1980, de 41.560; em 1983, de 175.000; em 1995, a estimativa é de 196.000 habitantes.

Sem dúvida que este quadro refletiu, também, negativamente no setor educacional, com o aumento exorbitante da demanda.

Que medidas, então, a escola deveria tomar diante deste quadro desalentador? O que fazer com as crianças que chegam à escola mal alimentadas ou com fome, sem condições de estudar? Que didática deveria se adotar para proporcionar a essa criança o

desenvolvimento cognitivo, físico, social, psíquico e moral? Um conjunto de medidas foram tomadas.

Como a alimentação escolar, além da má qualidade, praticamente inexistia, com o Programa de Municipalização da Merenda Escolar a partir de 1993, empreendido pelo governo federal, através da FAE, nasce uma grande esperança. A este somaram-se, inicialmente, incertezas maiores, uma vez que se desconhecia experiências concretas do mesmo em algum município do País. As dúvidas cresceram quando da vinda do presidente da FAE, na época, ao nosso estado. Ele e outros técnicos da FAE nacional e local expuseram aspectos do processo de descentralização da merenda escolar (municipalização), também sem certeza nenhuma quanto às reais condições, possibilidades ou garantias de sucesso. Após este fato, sentou-se para tomar uma decisão juntamente com o prefeito. Foi quando a Secretaria de Educação se posicionou com segurança quanto à necessidade de se arriscar pela descentralização, uma vez que era praticamente impossível o atendimento ficar pior do que estava. E, de fato, não ficou, pelo contrário. Em novembro do mesmo ano, firmamos o convênio integralmente e passamos a atender crianças de escolas da rede oficial de ensino (municipal e estadual) e entidades filantrópicas.

A partir daí, a merenda escolar teve uma proporção bem maior em qualidade e quantidade, não faltando merenda em nenhum dia letivo.

A merenda anteriormente oferecida não tinha aceitação satisfatória por parte dos alunos, uma vez que não correspondia à sua cultura alimentar. Deste modo, perseguiu-se a adaptação do cardápio aos hábitos alimentares da região, o que ocasionou plena aceitação dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar, uma

vez adequado ao paladar das crianças. Entretanto, entende-se que a regionalização do cardápio não deverá constituir-se em argumento para que a escola se desobrigue de atuar no sentido da educação alimentar, uma vez que nem sempre a cultura alimentar regional é adequada às necessidades nutricionais do organismo. Os componentes da merenda escolar que hoje são servidos em nossas escolas são os seguintes: frutas, verduras, legumes, carnes (peixe, frango, gado), leite, biscoitos, farinha de mandioca, sucos, cereais, chocolate, óleo, ovos, condimentos (sal, alho, cebola, pimenta-do-reino, extrato de tomate, etc), massas, sardinha, charque, feijão, etc.

Dentre outras medidas que tomamos em busca da qualidade do ensino, como capacitação permanente dos professores, melhoria da infraestrutura das escolas e outras, constatou-se, através de avaliações feitas com os trabalhadores em educação no término de cada ano letivo, que a regularidade da merenda nas escolas contribuiu sobremaneira na melhoria do desempenho cognitivo do aluno, além de aumentar a sua assiduidade e participação nas atividades pedagógicas. Aliado a estes dados, a estatística final do ano letivo de 1994 apontou uma diminuição significativa da evasão e repetência dos educandos. Reduziu-se a reprovação e a evasão, até o final de 1994, de 43% para 31%, o que ainda é considerado um índice alto. No entanto, em 1995, já se tinha claras estimativas de que a repetência teria decrescido significativamente, praticamente zerando a evasão.

Para que a merenda escolar tenha cada vez melhor qualidade, fazemos anualmente curso para merendeiras, onde o enfoque principal tem sido os objetivos do Programa de Alimentação Escolar, o papel da merendeira, noções básicas de nutrição,

noções de higiene (pessoal, da cozinha, dos equipamentos, dos utensílios e dos alimentos), preparação e armazenamento dos alimentos, distribuição das refeições e multimisturas das refeições. Com enfoque especial no direito do aluno de ser tratado com o máximo respeito.

Entendendo que o poder público e órgãos de serviços sociais devem propor alternativas no sentido de minimizar a carência alimentar dos educandos, oportunizando melhorias nutricionais, firmou-se a parceria, com o Projeto Horta nas Escolas, entre a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Pastoral da Criança e comunidade escolar para organização de hortas escolares. A primeira oferece orientação técnica; a segunda, materiais básicos, como terra preta, esterco e outros; a terceira participa com apoio e informações e/ou cursos; e a quarta presta serviço de organização e cultivo da horta.

Tal iniciativa tem contribuído com o valor nutritivo da merenda escolar através das vitaminas e sais minerais contidos nas hortaliças. Além disso, proporciona situações pedagógicas interessantes para serem trabalhadas com os alunos nas várias áreas do conhecimento e, ainda, integra os vários grupos existentes na comunidade escolar, incentivando a participação da comunidade nas ações desenvolvidas pela escola, valorizando a participação e o respeito coletivo.

Além dos resultados positivos já relatados, a descentralização do Programa da Merenda Escolar proporciona um controle de qualidade mais eficaz dos alimentos, uma vez que os mesmos

são comprados na região, aquecendo a produção e a economia local geral, tanto no processo de compra (licitação) como na distribuição, armazenamento, preparo e consumo. O acompanhamento e a fiscalização feitos pelo Conselho de Alimentação Escolar e pela comunidade, através dos conselhos escolares, são fortalecidos com uma equipe de supervisores e uma nutricionista da rede pública, que participam da organização do cardápio, entrega dos produtos, armazenamento e preparo dos alimentos.

No período de fevereiro de 1994 a dezembro de 1995, foram oferecidas mais de 900.000 refeições para uma clientela de 51.603 alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este parece ser um número alto de refeições. Mas se levarmos em consideração que grande parte das crianças que frequentam a escola pública faz apenas uma refeição diária em casa ou nenhuma, este número torna-se significativo, porém não ideal, tornando-se apenas uma medida paliativa, pois não conseguirá resolver os problemas de desnutrição do município.

O ideal seria que todas as crianças tivessem acesso à escola e que lhes fossem oferecidas, pelo menos, duas refeições diárias. No entanto, a menos que mudem as estruturas socioeconômicas injustas, responsáveis pelo desemprego, distribuição desigual da terra e dos salários, continuaremos com o problema da fome, da miséria, da desnutrição, desrespeitando os direitos mínimos de sobrevivência da população e, conseqüentemente, apesar da merenda escolar, o desenvolvimento cognitivo dos alunos continuará a desejar, continuando a problemática da repetência, da evasão (exclusão) da escola.